



**PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBAÚ**  
**ESTADO DO PARANÁ**  
PROCURADORIA JURÍDICA

Ofício nº. **017/2020-PJ**

Imbaú, 01 de setembro de 2020.

Senhora Presidente:

Encaminhamos a Vossa Excelência e seus dignos Pares, o Projeto de Lei Complementar nº. 017/2020, que acrescenta o Art. 261-A e parágrafo único à Lei Complementar nº. 010/2017, que instituiu o Novo Código Tributário Municipal.

O artigo tem por objetivo cumprir as determinações contidas na RESOLUÇÃO NORMATIVA nº 888, de 30 de junho de 2020, da ANEEL que *"Aprimora as disposições relacionadas ao fornecimento de energia elétrica para o serviço público de iluminação pública"*.

O Art. 26-C da referida Resolução dispõe sobre a necessidade de previsão legal para realização de encontro de contas dos valores da iluminação pública.

Cabe salientar que o encontro de contas é uma facilidade encontrada para quitação da fatura de iluminação pública, uma vez que o município não necessita ter saldo em conta corrente na data do vencimento e no caso de saldo negativo do EC, a Copel fornece prazo adicional para pagamento.

Queremos então, contar com o apoio dos nobres componentes dessa Egrégia Casa de Leis, para aprovação do presente Projeto de Lei em regime de urgência urgentíssima, solicitando para tanto dispensa de parecer das comissões e realização de reunião extraordinária para tratar deste assunto, visto tratar-se de assunto que irá beneficiar a comunidade imbaúense.

Face ao exposto, na certeza de contar com o apoio de Vossas Excelências na aprovação da inclusa propositura, aproveito o ensejo para renovar os protestos de estima e consideração, subscrevendo-nos.

Atenciosamente,

**Laur de Oliveira**  
Prefeito Municipal

Excelentíssima Senhora  
MARISTELA PELISSARO  
DDª. Presidente da Câmara de Vereadores de Imbaú - Paraná



**PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBAÚ**  
**ESTADO DO PARANÁ**  
PROCURADORIA JURÍDICA

MENSAGEM Nº. **017/2020**

Imbaú, 01 de setembro de 2020.

Excelentíssima Senhora Presidente:

Encaminhamos a Vossa Excelência e seus dignos Pares, o Projeto de Lei Complementar nº. 017/2020, que acrescenta o Art. 261-A e parágrafo único à Lei Complementar nº. 010/2017, que instituiu o Novo Código Tributário Municipal.

O artigo tem por objetivo cumprir as determinações contidas na RESOLUÇÃO NORMATIVA nº 888, de 30 de junho de 2020, da ANEEL que *“Aprimora as disposições relacionadas ao fornecimento de energia elétrica para o serviço público de iluminação pública”*.

O Art. 26-C da referida Resolução dispõe sobre a necessidade de previsão legal para realização de encontro de contas dos valores da iluminação pública.

Cabe salientar que o encontro de contas é uma facilidade encontrada para quitação da fatura de iluminação pública, uma vez que o município não necessita ter saldo em conta corrente na data do vencimento e no caso de saldo negativo do EC, a Copel fornece prazo adicional para pagamento.

Queremos então, contar com o apoio dos nobres componentes dessa Egrégia Casa de Leis, para aprovação do presente Projeto de Lei em regime de urgência urgentíssima, solicitando para tanto dispensa de parecer das comissões e realização de reunião extraordinária para tratar deste assunto, visto tratar-se de assunto que irá beneficiar a comunidade imbaúense.

Face ao exposto, na certeza de contar com o apoio de Vossas Excelências na aprovação da inclusa propositura, aproveito o ensejo para renovar os protestos de estima e consideração, subscrevendo-nos.

Atenciosamente,

**Laur de Oliveira**  
Prefeito Municipal

Excelentíssima Senhora  
MARISTELA PELISSARO

DDª. Presidente da Câmara de Vereadores de Imbaú - Paraná

RUA FRANCISCO SIQUEIRA KORTZ, 471 – FONE/FAX: 42 **3278-8100** – BAIRRO SÃO CRISTÓVÃO  
CEP: 84250-000 – CNPJ: 01.613.770/0001-72 – IMBAÚ - PARANÁ



**PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBAÚ**  
**ESTADO DO PARANÁ**  
**PROCURADORIA JURÍDICA**

**PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N ° 017/2020**

**SÚMULA:** “ACRESCENTA O ARTIGO 261A E PARAGRAFO ÚNICO À LEI COMPLEMENTAR Nº. 010/2017, QUE INSTITUI O NOVO CÓDIGO TRIBUTÁRIO MUNICIPAL”.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE IMBAÚ**, Estado do Paraná, faço saber a todos os cidadãos do município de Imbaú, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte:

**LEI**

**Art. 1º.** A Lei Complementar nº 10, de 27 de setembro de 2017, passa a vigorar acrescida do seguinte artigo e parágrafo:

**Art. 261-A** A contribuição para custeio do serviço de iluminação pública devido pelos contribuintes cujos imóveis tenham ligação regular e privada de energia elétrica, será lançada mensalmente para pagamento junto com a nota fiscal/fatura de energia elétrica, na forma do contrato de arrecadação a ser firmado entre o Município e a empresa titular da concessão para distribuição de energia.

**Parágrafo Único** - O contrato a que se refere este artigo deverá prever o repasse mensal do saldo credor da contribuição para custeio do serviço de iluminação pública arrecadada, pela concessionária ao Município, admitida, exclusivamente, a retenção dos montantes necessários ao pagamento da energia elétrica fornecida e outros serviços, referentes à iluminação pública.

**Art. 2º.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**PAÇO MUNICIPAL “OS PIONEIROS”,** ao 01 dia do mês de setembro de 2020.

**LAUIR DE OLIVEIRA**  
Prefeito Municipal